

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.445 - SP (2019/0297866-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : BRUNO BARROS MENDES
ADVOGADO : BRUNO BARROS MENDES - SP376553
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIEGO DE SOUZA LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* sem pedido liminar impetrado em favor de DIEGO DE SOUZA LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0000427-13.2016.8.26.0559).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 7 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 445/454).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido (e-STJ fls. 599/608), em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL - Tráfico de drogas - Autoria e materialidade delitiva comprovadas - Tráfico Interestadual como causa de aumento mantida - Inaplicabilidade do redutor previsto do § 4º do artigo 33 da Lei de Drogas - Pena e regime mantidos - Nega-se provimento ao recurso da defesa.

Em consulta ao Sistema Justiça, verifico que a defesa interpôs recurso especial, que não foi admitido na origem, bem como agravo em recurso especial (AREsp 1.259.387/SP), o qual não foi conhecido no âmbito desta Corte.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/13), o impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois não aplicou o redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, embora ele preencha os requisitos legais para a incidência do benefício.

Superior Tribunal de Justiça

Em consequência do reconhecimento do tráfico privilegiado, entende que o paciente faz jus a regime prisional mais brando, à substituição da pena e ao afastamento do caráter hediondo do delito.

Ao final, pede a concessão da ordem para que a minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 seja aplicada, com o consequente *afastamento da hediondez, abrandamento do regime prisional inicial, bem como a substituição da pena corporal por restritivas de direitos* (e-STJ fl. 13).

É o relatório. **Decido.**

A irresignação manifestada no presente *habeas corpus* tem por objeto temas que já foram apreciados no HC n. 480.082/SP, anteriormente impetrado em favor do paciente.

Assim, trata-se de mera reiteração de insurgência já examinada por esta Corte, revelando-se incabível o presente *habeas corpus*, na esteira do disposto no art. 210 do Regimento Interno do STJ, *in verbis* (grifei): *Quando o pedido for manifestamente incabível, ou for manifesta a incompetência do Tribunal para dele tomar conhecimento originariamente, ou for reiteração de outro com os mesmos fundamentos, o relator o indeferirá liminarmente.*

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE
PESSOAS, MOTIVO FÚTIL E EMPREGO DE MEIO
CRUEL. PRONÚNCIA. NULIDADES PROCESSUAIS.
MATÉRIA NÃO EXAMINADA NO ACÓRDÃO TIDO POR
COATOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. Nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o relator indeferirá liminarmente o *habeas corpus* quando o *pedido for manifestamente incabível, ou for manifesta a incompetência do Tribunal para dele tomar conhecimento originariamente, ou for reiteração de outro com os mesmos fundamentos.*

[...]

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 517.821/SP,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Quinta Turma, DJe 4/9/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NÃO ENFRENTAMENTO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

II - "Inexistindo fato superveniente, é incabível a impetração de habeas corpus com objeto idêntico a outro feito anteriormente examinado no âmbito desta Corte" (AgRg no HC 478.216/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe 19/02/2019).

III - In casu, a Defesa limitou-se a reprisar os argumentos do habeas corpus, o que atrai a Súmula n. 182 desta Corte Superior de Justiça, segundo a qual é inviável o agravo regimental que não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 509.639/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 4/6/2019).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Traslade-se, para estes autos, cópia da decisão monocrática proferida no HC n. 480.082/SP.

Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator